

VOZES DA GUERRA URBANA NO RIO DE JANEIRO
(anotações sobre a tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão)

Teresa Andrea Florêncio da Cruz*

RESUMO

A história do tempo presente no Brasil nos permite vislumbrar a escalada do medo e da violência nas grandes cidades. Inscrita em uma vasta constelação discursiva, a insegurança tem sido alimentada por narrativas ficcionais e midiáticas que propagam discursos sobre a violência e o medo do crime por toda parte e, com ela, ganha força a retórica militar fundamentada na lógica da guerra ao crime, do enfrentamento aos grupos do tráfico de varejo e da reconquista dos territórios dominados pelos inimigos (reais ou imaginários) da nação. Na esteira desse cenário de violência e medo que se generalizou no cotidiano das cidades brasileiras, o presente artigo se inscreve em uma dupla proposta: a) problematizar o acirramento da violência praticada pelas forças da ordem e pela política que reduz efetivamente o confinamento à função de armazenar os indesejáveis e b) analisar o imaginário urbano que vêm moldando a sociedade carioca nas últimas décadas.

Palavras-chave: Guerra de relatos, violência urbana, fala do crime, estado de exceção.

ABSTRACT

The history of the present time in the Brazil allows us to glimpse escalation of fear and violence in the big cities. Inscribed in a vast discursive constellation, insecurity has been fueled by fictional and media narratives that propagate discourses on violence and the fear of crime everywhere and with it gains strength military rhetoric based on the logic of the war on crime, facing the retail trade groups and the reconquest of the territories dominated by enemies (real or imagined) of the nation. In the wake of this scenario of violence and fear that became widespread in everyday life of Brazilian cities, this article is part of a double proposal: a) discuss the intensification of violence by the police and the policy that effectively reduces the confinement function store the undesirable; b) analyze the urban imagination that come molding Rio society in recent decades.

Keywords: War stories, urban violence, talk of crime, state of emergency.

Sabias que as palavras monstro, montra e o verbo mostrar, têm todas a mesma origem? Os monstros exercem a sua monstruosidade mostrando-se, exibindo-se nas monstras [vitrines]. Os monstros servem ao estimado público como termo de comparação. Minhas senhoras, cavalheiros, estimado público, é certo que vocês são feios, vejam aquele rapaz ali – feissimo! – São feios, sim, mas não são monstros...”

AGUALUSA, Jose Eduardo.

Artigo recebido em 22 de março de 2015 e aceito em 25 de março de 2015.

* Doutoranda em Literatura Comparada (PPG de Ciência da Literatura - UFRJ) com Licenciatura em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em Literatura Comparada (2009) pela Faculdade de Letras / UFRJ. Email: ateresacruz@yahoo.com.br

Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. – mar. 2014/2015. |www.transversos.com.br

Para tratar das relações entre as transformações no âmbito da representação dos sujeitos e territórios favelados bem como das mutações da própria sociabilidade no Rio de Janeiro ao longo da primeira década do século XXI, este trabalho ressalta dois momentos significativos que se estendem para muito além da situação episódica em que emergiram os discursos que fizeram a “lógica da guerra” prevalecer no espaço carioca, colocando em cena uma nova concepção do papel da polícia e da mídia que priorizam e legitimam o confronto armado com os bandos do tráfico de varejo.

Entre 2008, quando começou o processo de “*pacificação*” da cidade, e 2010, quando uma reação dos bandidos provocou uma verdadeira operação de guerra que mobilizou toda a sociedade, vivemos os momentos decisivos do processo de transformação no modelo de uma política de segurança errática, que vai se consolidar justamente com os episódios que ficaram conhecidos, a partir do discurso da imprensa, como “A guerra do Rio”.

Contudo, pelo menos desde 2006, com a publicação do livro *Elite da tropa*, escrito pelos ex-integrantes do BOPE André Batista e Rodrigo Pimentel e pelo antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, o *ethos* guerreiro gerou uma série constante de relatos, num contexto marcado por obras exitosas como o filme *Tropa de elite* (2007), dirigido por José Padilha, e outras nem tanto, como o documentário *Wardogs* (Cães de Guerra), sobre o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A partir de 2010, finalmente se coloca em prática a nova estratégia derivada de variados relatos da imprensa e de obras literárias ou fílmicas que difundiram as metáforas da guerra como forma de tratar o problema da segurança no Rio de Janeiro.

Com a finalidade de analisar textos sobre a sociabilidade violenta no Rio de Janeiro produzidos em diferentes circunstâncias entre 2006 e 2010 (“Diário da Guerra”, primeira parte do livro *Elite da tropa*, e a cobertura jornalística da tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão), o presente trabalho aborda, como tema central, a construção de representações como campo de disputa social e o fenômeno das negociações vistas como *estratégias do fraco* ou *astúcias do subalterno* para afirmar-se em meios nos quais se deparam com limitações e impedimentos, ao ponto de quase sempre serem vozes silenciadas (ou os “planetas sem boca”, como os denomina Hugo Achugar).

Minha análise se debruça sobre o recurso facilitário à imagem de que o Rio de Janeiro está em guerra, a qual acaba por fundamentar um verdadeiro “estado de exceção” imposto pelo Estado como forma de controle sobre determinadas parcelas da população.

Concebido e desenvolvido no contexto do triunfo da lógica da guerra na cidade carioca contra os nossos “inimigos sociais”, o trabalho não se limita, portanto, à fatura da obra narrativa, mas desdobra vários aspectos da construção da imagem das favelas territorializadas pelo tráfico de drogas e do ex-capitão Rodrigo Pimentel, um dos autores de *Elite da tropa*, a fim de pensar sua inserção no campo cultural, bem como os diálogos e negociações que a obra e o referido autor estabelecem com as narrativas produzidas pelos meios de comunicação, em particular com a cobertura ao vivo da retomada do território da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão. Para tanto, se discute de que modo o lugar de enunciação pode interferir na forma de contar histórias e de criar realidades.

Trilhando a perspectiva adotada pelo pensamento de Edward Said, pretendo identificar a “atitude textual” como elemento central dos textos que recorrem à retórica da guerra. O aporte teórico sustenta-se também em obras de Pierre Bourdieu, Walter Benjamin e Carl Schmidt. Essa abordagem encaminha a discussão de conceitos e teorias a partir dos quais é possível problematizar a inserção daqueles que contam com limitado capital em circuitos hegemônicos e seu papel de autenticadores das grandes narrativas desde há muito construídas sobre a violência urbana no Rio de Janeiro.

FICÇÕES DO REAL

SEXTA-FEIRA, NOVE DA NOITE, GABINETE DO COMANDANTE DO BOPE
O telefone vermelho interrompe a reunião do Coronel Rubilar com quatro oficiais e o subcomandante. Assistiram juntos à fita do Jornal Nacional e discutiam planos alternativos para uma operação emergencial especialmente delicada. Metade do noticiário fora ocupado pelo sepultamento do empresário carioca, sequestrado e assassinado no cativo, depois de barbaramente torturado. A comoção tomou conta da cidade, do estado e do país. O Rio virou capital da violência. Houve até leitura solene do editorial exigindo o fim da impunidade. (SOARES, 2006, p. 83).

A forma de imaginar a cidade que enforma o texto dos dois ex-oficiais do BOPE, André Batista e Rodrigo Pimentel, coautores do livro *Elite da Tropa* nos remete a um ponto fundamental que servirá como fio condutor deste trabalho: as metáforas da guerra.

O livro é uma narrativa de ficção composta de duas partes: na primeira, denominada “Diário de guerra”, estão concentrados os relatos das experiências vividas por policiais da polícia de elite (BOPE) em suas incursões violentas pelos morros cariocas no combate ao crime organizado. Nesta parte tem destaque o BOPE, criado para ser uma polícia de guerra treinada para atuar em situações de crise em que a polícia comum não tivesse condições de agir. Entre as

suas missões principais estão o combate ao crime organizado, o resgate de reféns e armas e o controle de rebeliões.

Para tanto, os policiais desse grupamento são submetidos a um treinamento rigoroso, voltado para o aprendizado de táticas de guerrilha urbana. No livro, o BOPE é considerado uma tropa de elite, caracterizada por sua qualificação técnica e por sua filosofia anticorrupção, pelo menos em seus primeiros anos de existência, quando contava com um número reduzido de soldados.

A Tropa de elite da Polícia Militar é, portanto, a principal referência do livro, mas não se esgota nele. Ao se deter na corporação policial, a obra propõe uma equilibrada reflexão sobre os principais aspectos que contribuem para a manutenção de um quadro no qual a ideia da insegurança pública e os discursos do medo, para retomar o conceito de Teresa Pires Caldeira, são reforçadas com cores fortes e frequentemente exageradas pelos diferentes meios de comunicação.

É me valendo dessa ponte que destaco o trecho que abre este artigo. Ele equaciona os elementos fundamentais para a análise que se propõe aqui ao mesmo tempo em que justifica o diálogo com a cobertura da fuga dos traficantes da Vila Cruzeiro alguns anos mais tarde: a televisão/imprensa que redimensiona o medo estendendo sua mancha por todo país e que, dessa forma, cobra atitudes imediatas e pauta a ação violenta da polícia em nome da segurança dos cidadãos de bem. Interessa aqui, pois, analisar a primeira parte da obra e como ela se articula com a ideia de guerra urbana retomada pelos discursos jornalísticos nos meses finais de 2010.

Atentemos, nesse sentido, para o fato de que, para Said, a atitude textual prevalece sempre que a autoridade esquemática de um texto se impõe sobre e/ou orienta a apreensão da realidade. O autor sugere que esta forma de ler as coisas, os sujeitos e os territórios na sua generalidade é favorecida por duas situações: a primeira delas se observa “quando um ser humano enfrenta de perto algo relativamente desconhecido e ameaçador, e anteriormente distante. Nesse caso, recorre-se não apenas aquilo com que, na experiência anterior da pessoa, a novidade se parece, mas também ao que se leu.” (SAID, 1996, p.102)

Para estabelecer a concepção de ‘atitude textual’, o crítico palestino remete aos indivíduos e grupos humanos que aplicam literalmente e de maneira simplista o que aprenderam nos livros à construção das imagens de uma realidade relativamente desconhecida. Desse modo, portanto, a “atitude textual” tem um papel fundamental nas fraturas culturais,

sociais e identitárias diretamente relacionadas à produção de territórios imaginados. A ideia central sustentada “é a de que pessoas, lugares e experiências podem sempre ser descritos por um livro, *de tal modo que o livro (ou texto) adquire maior autoridade e uso do que a própria realidade que descreve*” (SAID, 1996, p.103. Grifo nosso.)

Said recorre ao exemplo de um hipotético livro sobre *leões ferozes* para explicar como uma obra pode suscitar não apenas um efeito de realidade mas uma imagem do real (LEJEUNE, 2008, p. 36). No exemplo, um livro de muito sucesso no qual se afirma que os leões são ferozes pode impor ou construir essa “face” do real ao descrevê-lo desde um lugar que conquista autoridade a partir do próprio êxito editorial. O Outro, portanto, com suas características grosseiramente reduzidas a aspectos ditos essenciais e com o território associado a ele fabricado como um cenário uniforme, imutável e sem profundidade, é produzido primeiramente através do discurso.

Demonstra-se dessa maneira, o complexo dispositivo de estereotipia construído a partir dos discursos da cultura e elabora uma profunda reflexão sobre o papel das produções discursivo-imagéticas na construção de uma imagem dos grupos que ocupam territórios vizinhos como estranhos inferiores ou mesmo inimigos porque quase sempre são vistos como perigo ou ameaça. Para o autor, a atitude textual poderia derivar na “invenção” da ferocidade dos leões e fazer com que, a partir da leitura de uma série de textos associados àquele primeiro livro, encontrássemos “de fato” um leão feroz.

Algo parecido se passa com as metáforas da guerra na cidade nos últimos anos e com os textos que lhe deram origem. Meu argumento é o de que essa metáfora, mais do que produzir sentidos figurados por meio de uma comparação implícita entre o contexto da violência urbana e o cenário bélico, denota a intenção de criar realidades e, a partir delas, eliminar os indesejados, como se pode verificar no trecho também extraído do *Elite da Tropa*:

O terreno era irregular. Os tripulantes jogaram a caçamba. Pensavam que o cara estivesse morto. Quando descobriram que o vagabundo estava vivo, recusaram-se a içá-lo. Eu compreendi. No fundo, concordava com eles. levar pra quê? Deslocar uma aeronave até ali por quê? Tudo isso para salvar a vida do marginal e levá-lo a fazer um cursinho de aperfeiçoamento em criminalidade, na penitenciária, com pós-graduação em ressentimento e ódio? Tudo isso para que um dia ele voltasse às ruas para matar e roubar? (SOARES, 2006, p. 47)

Narra-se aí o teatro de operações do BOPE, onde se destaca uma espécie de *modus operandi* mais ou menos habitual nas ações dentro de favelas e o tratamento conferido ao “vagabundo” capturado. A certeza da impossibilidade de reintegração do criminoso se levado às instituições correcionais justifica a ação habitual e menos arriscada: “executar e cair fora”

(Idem). Assegura-se, com a eliminação do criminoso – ou daquele concebido como tal, a interrupção de um ciclo de criminalidade individual que tem no seu êxito também o seu maior fracasso. A execução sumária de um não diminui a conta da violência.

O BOPE é a principal referência do livro e também do longa-metragem “*Tropa de elite*” que, a partir da história de dois policiais honestos que entram para o BOPE, nos coloca em contato com a rotina do policial e seus dramas diários. Mas outros pontos de interseção aproximam as duas obras: a proposta declarada de humanizar o policial, construindo-o com todos os seus medos, desejos e temores; o capitão Rodrigo Pimentel, um dos autores do *Elite da tropa* é também roteirista do filme e o principal responsável pelo aspecto realista impresso tanto no livro que ajuda a escrever quanto no filme.

Ex-policial militar, ele constatou que a segurança pública brasileira não é eficiente por conta dos policiais (homens adestrados no BOPE para serem transformados em “cão selvagem”), que arriscam suas vidas diariamente trocando tiros com bandidos nos morros da cidade, mas, sim, porque as políticas para o setor são formuladas e colocadas em prática por quem desconhece a realidade da segurança pública do Rio de Janeiro.

Disposto a revelar os “conluíus” que apodrecem a PM carioca e a promover uma reflexão sobre essa questão, o ex-capitão explicita a sua análise do caos: “A polícia não foi criada para prender e nem para matar. Ela foi criada para dar segurança. Quando essa lógica se inverte, todo mundo sai perdendo”¹.

Sob esse aspecto, pode-se analisar o livro como uma importante obra de denúncia da corrupção e do descaso generalizados e diluídos nas diferentes instituições da sociedade, não porque ela traga algum dado novo, mas porque ela tem o diferencial da perspectiva: o olhar de policiais que participaram do cotidiano da instituição responsável pela segurança pública na cidade. Policiais que conhecem e justificam a brutalidade dos seus métodos porque se sentem movidos pelo imperativo da guerrilha urbana, como demonstra, entre tantos outros elementos, um dos gritos de guerra que entoam enquanto realizam seus treinamentos diários.

Uma escrita que tem como sujeito e objeto a uma só vez, o agente policial, que ocupa não só o centro de interesse das narrativas, mas o próprio espaço de enunciação que focaliza desde esse lugar inusitado o que ocorre nas margens da cidade e na fronteira entre dois mundos: o da lei e o do crime. E sua lógica invertida, já que a quase totalidade dos relatos está dedicada a justificar as ações que se afastam do papel institucional da polícia e apresentar as aventuras

¹ Entrevista “Força máxima e devastadora” dada pelo ex-capitão ao *Correio Brasiliense*.

atípicas de um soldado do BOPE nas incursões diárias às áreas da cidade em conflito. É isso que confere unidade aos relatos agrupados no volume.

Mas, a referência à guerra aparece como uma constante no livro ressaltando os traços marciais da ação cotidiana da tropa de elite da PM carioca. O cenário do conflito e as referências à guerra no marco da militarização da ação policial tornam sem sentido o papel tradicional dos agentes de segurança e dos representantes da Lei, como se observa nos diversos casos de execução narrados no livro.

No episódio “Olho por olho”, a equipe do narrador prende um suspeito e decide fazer aquilo que a imprensa, ao falar dos tribunais do tráfico, denuncia insistentemente como a constatação de que o Estado não tem soberania sobre certos territórios: assumem o papel de representantes do judiciário, com poder para julgar, condenar e executar a pena dada: “Vamos fazer o julgamento do réu. (...) Eu serei o promotor; o réu fará a própria defesa” (p. 49). Após uma rápida paródia de julgamento formal, o suspeito transformado em réu “é condenado à pena capital” (p. 50).

Mais uma vez aqui consuma-se um claro exemplo da violência generalizada e autorizada por diversas instâncias da sociedade. O filósofo italiano Giórgio Agamben utiliza-se das concepções de estado de exceção de Carl Schmitt e Walter Benjamin para explicar como se instalam os estados de exceção nas Repúblicas e Estados Constitucionais. Para tanto, ele parte da análise do Senado Romano, segue pela Revolução Francesa e pelas duas grandes guerras mundiais até o ponto em que detém no 11 de setembro e na lei antiterrorista, nos Estados Unidos.

Para problematizar a atual condição da política, o autor esclarece que o estado de exceção – inicialmente de caráter provisório, tornou-se permanente no estado moderno. Isso se deve, ainda de acordo com Agamben, em função de o ordenamento jurídico estabelecido para conter a violência trazer nele mesmo a possibilidade de suspensão dos direitos e garantias individuais em situações excepcionais. Disso resulta a violência não regulada pela lei, fora do direito, portanto, mas estabelecida com a anuência da própria sociedade, em nome do restabelecimento da ordem. Em outras palavras, o Estado de exceção é a suspensão da própria ordem jurídica.

Assim é que tal qual nas situações de guerra, a polícia extrapola, nos denominados “aglomerados subnormais”, os limites da sua atuação nas fronteiras da cidade, sobre aqueles não sujeitos a quem são negados os direitos básicos, de quem se anula todo estatuto jurídico, o que nos remete ao conceito de soberania e à síntese teórica elaborada por João Camillo Penna:

É de Carl Schmitt a fórmula canônica da soberania: “Soberano é aquele que decide sobre a exceção”. Ou seja, a soberania não se manifesta, paradoxalmente, no domínio

da norma, ou no ordenamento do direito, mas na situação de exceção, e no monopólio da decisão. E esta outra definição, de Michael Foucault: o direito de soberania é “fazer morrer ou deixar viver”. O soberano dispõe da vida e da morte de seus súditos, mas sua ação reside essencialmente em matar. Juntando as duas definições, teríamos algo como: o soberano é aquele que decide se, quando, e como matar seus súditos (situação de exceção), relegando as suas vidas ao domínio da norma. (PENNA, 2013, p. 245)

Desse modo, os abusos e as violências cometidas não constituem crime segundo a perspectiva que o narrador vai insidiosamente transmitindo ao leitor. Ele se configura como soberano e decide sobre a vida daqueles a quem considera matáveis e cujos assassinatos não derivam em punição para o seu autor. Ou “homo sacer”, como os identificou Agamben. Basta lembrar da naturalidade com que narra as cenas de tortura ou a decisão de não fazer prisioneiros, o que na prática concede aos soldados do BOPE a prerrogativa de colocar em prática a pena de morte. E anuncia uma hipótese perversa: a garantia da impunidade, já que respaldado pela omissão do Estado e da sociedade.

A ação, tornada regra ou, mais propriamente, exceção que define a regra, marca aquilo que interessa destacar. O discurso reflete um duplo efeito: constrói uma representação que legitima as ações do “eu” que narra, ao mesmo tempo em que configura o domínio de um imaginário fundado sobre as metáforas da guerra e colocadas em circulação no terreno da literatura, do cinema e do jornalismo, na mesma linha que assinalou Benjamin: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de emergência em que vivemos não é exceção, mas a regra.” (BENJAMIN, 2012, p. 245)

NOTÍCIAS DA “GUERRA URBANA”: metáforas da guerra no “pastiche mediático”

Na manhã do dia 25 de novembro de 2010, após vários dias de ataques orquestrados por membros de facções criminosas vinculadas à venda varejista de drogas ilegais que levaram pânico à cidade do Rio de Janeiro, as autoridades responderam com uma enorme operação contra o crime organizado, resultando na invasão da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha. A ação teve início com o deslocamento dos homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) que invadiram a favela apoiados por fuzileiros navais responsáveis pela operação das viaturas blindadas da Marinha, equipadas com metralhadoras .50, que permitiram à polícia entrar na comunidade e ultrapassar as barricadas montadas pelos traficantes, quinhentos e dez homens, entre militares e civis, ocuparam a Vila Cruzeiro.

Com a fuga em massa dos “traficantes” da Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão pela Serra da Misericórdia, a ação das forças policiais, contando com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica, que também entraram naquela que logo foi definida pela imprensa como a “guerra do Rio”, iria ampliar-se com a invasão do Complexo do Alemão, dois dias depois.

Após muitos anos de um conflito anunciado, finalmente as forças da nação iriam confrontar o “grande perigo que ameaçava o Estado”, conforme insistiam os jornais cariocas num tom unânime que aparecia tanto nos seus editoriais quanto nas reportagens e nas cartas dos leitores. Desta forma, configurado o inimigo do qual a sociedade deve ser protegida, criam-se as condições que tornam legítima e necessária a ação da polícia e a função assassina do Estado, com a qual se estabelece o “corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, como observa Foucault.²

Mas, como se verificou mais tarde, o perigo real era bem mais modesto e menos assustador quando imagens de um helicóptero da TV Globo mostraram, em tempo real, algumas dezenas de jovens pobres, negros, descalços, armados de fuzis, em fuga desorganizada pelo meio do mato. Eles não exibiam bandeiras ou ideologia. Não representavam ameaça ao Estado e não consideravam a possibilidade de rendição.

A cena ocorre logo após a chegada da Polícia Militar à Vila Cruzeiro e ao Complexo do Alemão e exhibe uma perversa concepção do papel da polícia no confronto armado com os bandos de varejo de drogas: a lógica da guerra. Diante da câmeras de tv, na violência da imagem, exibiam-se indivíduos transformados em seres “matáveis”, indesejáveis ou “redundantes”, na análise de Bauman sobre a inevitável produção de refugos humanos como efeito colateral do processo de *construção da ordem*. (BAUMAN, 2005. p. 12)

E não é só isso. A lógica da guerra, compartilhada pelos diferentes jornalistas que cobriam a tomada da Vila Cruzeiro naturalmente não foi uma invenção daquele momento, mas em pouco tempo se converteria, com a morte do jornalista Tim Lopes, em 2002, na Vila Cruzeiro, em ponto de vista hegemônico no discurso dos profissionais da imprensa, espécie de “superexcitação da imprensa” (FOUCAULT, 2012, p. 115), no qual afirmava-se a ideia de uma cidade dominada por forças inimigas, um dos elementos principais que faz funcionar a máquina da fala do crime.

² Michael Foucault. “Aula de 17 de março de 1976”. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999; segunda tiragem, 2000, p. 304.

O acontecimento provocou um escândalo midiático que fez a sociedade mergulhar num clima de perplexidade tal que despertou a necessidade de respostas fáceis, as quais criaram o cenário no qual se imporá a ideia da guerra ao narcotráfico como única possibilidade de solução para aquele que passa a ser visto como o principal problema derivado da violência dos grupos armados: a perda da soberania sobre amplas parcelas do território da cidade. Em nenhum outro momento o narcotráfico ocupou um lugar tão prioritário na agenda do governo e da imprensa carioca.

Em 2002, um mês depois da morte de Tim Lopes, o jornalista, político e escritor, Alfredo Sirkis já diagnosticava no artigo intitulado “Priorizar o combate à violência”, o problema do “crime armado que aterroriza a população, exerce controle territorial, desafia o Estado democrático de direito” (O GLOBO, 23/07/2002, p. 07) e clamava pelo combate militar ao narcotráfico para “preservar o monopólio do Estado sobre o armamento de guerra e (a) integridade do território”. (Idem)

A partir daí, a cobertura da mídia se empenha em mostrar que a sociedade carioca passou cada vez mais a associar as questões de segurança ao clima de beligerância que se impôs nos discursos de jornalistas e repórteres. Graças às imagens transmitidas pelos veículos de comunicação, a noção de guerra urbana tornou-se uma “realidade” quase inquestionável. A título de exemplo, o jornal *Extra*, de 18 de abril de 2007, dá como título para a matéria sobre o confronto entre facções do tráfico de varejo que deixou 13 mortos: “Parece Bagdá. Mas é o Rio.” A matéria abre com destaque: “Onze horas de tiroteio transformaram o Morro da Mineira, no Catumbi, numa praça de guerra.” (Extra, 18/04/2010, p. 11). O jornal O GLOBO deste mesmo dia trazia um caderno especial sobre a guerra no Rio e tinha como manchete principal: “A guerra do tráfico: Rio refém das balas”.

Segundo o sociólogo Silvio Caccia Bava a produção desse imaginário se assenta no clima de medo infundido por estas narrativas:

A população, assustada, aceita a militarização da gestão da segurança pública, que é a substituição do controle democrático por regras de ocupação militar (...). As classes mais abastadas se fecham em condomínios e shoppings, contratam seguranças privadas, e para as áreas mais críticas da cidade são tomadas medidas radicais pelo poder público, como a ocupação militar de favelas nos morros do Rio de Janeiro. Em nome da segurança, do combate ao crime, a aceitação da arbitrariedade. À sombra do Estado, ou mesmo dentro do aparato policial, formam-se milícias e grupos de extermínio. O cenário construído, que justifica as arbitrariedades, é de guerra, de controle do território. (BAVA, 2013, p.03)

Como se vê, o medo do crime assume um papel central no processo de reordenamento da percepção da sociedade, derivando em uma visibilidade maior para certos grupos sociais ou territórios associados a estes. A midiaticização de certos casos de violência urbana transforma a experiência e o sentimento de insegurança em discursividade que contagia toda a sociedade, atuando de modo protagônico na produção social do medo.

Pode-se mesmo falar de uma relação direta entre insegurança e representação da violência elaboradas pelo que Teresa Passos do Rio Caldeira denominou de “a fala do crime”, como sinalizei antes. De acordo com ela, “A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos.”(2000:10).

A maior intensidade do medo ao crime não corresponde obrigatoriamente ao aumento das taxas de homicídios. Segundo fontes do IPEA, entre 2000 e 2010 as taxas de homicídios por 100 mil habitantes no estado do Rio de Janeiro caíram de 51, a segunda maior do país, para 32,9. A sensação de insegurança, contudo, permanece e aumenta com a divulgação de crimes espetaculares que monopolizam a atenção dos espectadores das coberturas televisivas e dos leitores da imprensa escrita.

A insegurança é construída também por práticas discursivas com o tratamento informativo dado à criminalidade e à fala do crime, tal como compreende a mesma autora: “narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar” (2000:09).

O que se extrai dos recortes selecionados do jornal O GLOBO em sua edição especial é que o sentido social do medo, que está na base dos elevados níveis de insegurança do carioca, depende de múltiplos e complexos encontros entre a “fala do crime” e o discurso da segurança cidadã construído a partir de uma percepção dos pobres e marginalizados como inimigos que não integram a mesma sociedade que “nós” e que devem ser combatidos com atos de guerra.

O discurso é causa e sintoma de uma política de segurança fundada na mobilização do medo capaz de motivar as pessoas a legitimar um tipo de violência extrema como a tortura ou a execução sumária. Essas narrativas têm um forte subtexto de exceção, uma vez que seus protagonistas moram ou atuam em áreas de favela vistas como zonas de guerra nas quais se suspenderia temporariamente o direito.

Se tratou aqui, pois, de promover uma análise sobre a forma com que os conteúdos (notícias de jornais, imagens, livros, filmes etc.) assumem valor ideológico na vida social e levam à produção de sentidos sobre a realidade. Assim é que as metáforas da guerra aparecem na base do processo de militarização da gestão da segurança pública tendo como grande motor o discurso da mídia conservadora e de determinados cineastas e escritores de grande difusão nos circuitos da indústria cultural.

Nisso repousa a compreensão dos vínculos do sentimento de uma cidade assustada, um determinado conjunto de representações simbólicas e a atuação de exceção das forças de seguranças em certos territórios específicos. Nesse contexto, o culto da ação bélica contra o inimigo interno teve sua mais alta expressão com o filme *Tropa de leite* (2007), cujo roteiro se inspira diretamente na obra de Luiz Eduardo Soares, Rodrigo Pimentel e André Batista.

A cobertura da notícia da tomada do Alemão pelos diferentes canais televisivos tornava-se, pois, exemplar do crescente processo de “vitimização letal”³ de jovens pobres e negros e, ao mesmo tempo, da disputa por uma interpretação do fato, da construção de um efeito de realidade que orientaria a percepção do telespectador acerca do que estava acontecendo como consequência de um cenário que foi sendo desenhado no imaginário da cidade ao longo das últimas duas ou três décadas.

É o que argumenta o crítico Renato Cordeiro Gomes em ensaio que aborda a crescente naturalização da violência alimentada pela guerra de imagens exibidas na televisão e no cinema brasileiros nos últimos anos. O crítico desenvolve sua análise do fenômeno levando em conta alguns dos principais aspectos que o sustentam: a intenção, o contexto e o sentido das ações violentas mostradas nas telas e problematiza o modo como tal fenômeno não afeta apenas a ordem da representação e da ficção, mas invade o cotidiano do cidadão, a quem são oferecidas doses diárias de violência pelos meios massivos de comunicação.

Tais aspectos remetem à banalização da violência, cujo caráter exibicionista pode despertar a fascinação pública da própria violência que o senso comum identifica e reconhece como um dado da realidade imediata, quase uma prova de verdade de que aquelas representações coincidem com a própria realidade: haveria mesmo uma correspondência perfeita entre as duas instâncias,

³ A expressão é usada pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares no artigo “Juventude e violência no Brasil contemporâneo” para referir-se ao genocídio de um grupo específico da sociedade: jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo, orgs. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130. Dados recentes do Insitituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reafirmam que o perfil ilustrado por Soares se mantém atual. De acordo com a pesquisa “Participação, Democracia e Racismo” (outubro de 2013) 70% das vítimas de assassinatos no Brasil são negros e que esse tipo de crime está relacionado à cor, condição social e nível de escolaridade das vítimas. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

praticamente barrando um possível caráter ficcional das narrativas que circulam tais imagens. (GOMES, 2012, p. 75)

Diante da audiência que ansiava por um banho de sangue que não veio, os comentaristas passaram a reclamar uma ação mais enérgica da polícia ante os homens que fugiam em desespero. Como os espectadores, os profissionais de imprensa exigem a ação prometida para configurar efetivamente a região como palco de um conflito bélico e não de ação policial.

Só desse modo se justificaria a ação do Exército (e da polícia atuando como exército contra os inimigos da nação) de eliminar do alto os homens que fugiam pela Serra da Misericórdia. Rodrigo Pimentel, ex-oficial do BOPE e comentarista de segurança da Rede Globo, reconhece em debate promovido pelo jornal *Folha de São Paulo* pouco mais de uma semana depois que, ao ver os traficantes fugirem, desejou que todos fossem mortos:

Não tenho a menor vergonha de afirmar que gostaria que eles morressem. Eu gostaria mesmo... Assassinos de policiais, mataram transportadores de carga no Rio de Janeiro... estavam armados com fuzis, dispararam uma granada contra um blindado da Marinha. (...) Então, a disposição era pra luta... Não tenho ódio de traficantes, mas confesso que naquele momento... Aquela era uma situação de beligerância, de guerra, não era uma situação de banditismo e de polícia (...). A legalidade não permitia, a Polícia Civil tinha capacidade de estar com um helicóptero ali, sim, e o Bope também já estava no mato com capacidade para alvejar aqueles bandidos.⁴

O público que acompanhava o programa ao vivo correspondeu ao desejo verbalizado pelo entrevistado, lendo esse anseio expressado de modo quase explicitado na longa cobertura que monopolizou as atenções ao longo de vários dias. Essa leitura da recepção do cidadão comum encontra reforço na boa recepção encontrada pelo jogo criado logo após os eventos até aqui analisados. Aproveitando-se do momento de espetacularização da violência promovido pela mídia e usando as “impressionantes” imagens da fuga dos traficantes pelo alto da Serra da Misericórdia feitas pela TV Globo, o publicitário Neca Boullosa, diretor da Pindorama Games, criou em flash e disponibilizou na Internet o jogo “Fuga da Vila Cruzeiro”.

Hospedado num site de acesso livre que teve 50 mil acessos em 24h, o *web game* convida o jogador a disparar um rifle automático cuja mira é o próprio cursor do mouse com o qual o jogador deve impedir que os traficantes da Vila Cruzeiro fujam para o Morro do Alemão. Contabiliza-se ao final do jogo quantos traficantes foram abatidos e quantos foragidos há entre

⁴ PIMENTEL, Rodrigo. Debate “Especialistas analisam o combate ao tráfico no Rio” gravado pela autora e também disponível em: <http://mais.uol.com.br/mediasByTags.html?types=A&tagIds=55650&index.currentPage=1&index.orderBy=mostRecent>

os que estiveram sob a mira do jogador, uma espécie de catarse para aqueles que assistiram às cenas na TV e imaginam um final diferente para a situação flagrada.

Entretanto, ao reconstruir o momento largamente explorado pela televisão e dar ao jogador a oportunidade de decidir entre duas únicas opções, matar a sangue frio os traficantes que fogem sem reagir ou deixá-los fugir, o autor do jogo garante que não teve a intenção de induzir ninguém à violência. A proposta, segundo ele, seria funcionar como um instrumento motivador de discussão: “A discussão está proposta: e agora, com a arma na mão, você atira ou não? Mas, a maioria esmagadora está vendo o jogo como uma catarse. As pessoas dizem que «lavaram a alma»⁵, o que parece reforçar o consenso que legitima a violência que se cometa em nome da ordem e da pacificação dos territórios, desde que isso se faça dentro dos próprios territórios conflagrados.

Observa-se assim que, através de uma formulação imagético-discursiva marcada pelas metáforas de guerra, a televisão, seguida de boa parte da imprensa, foi responsável pela fabricação de um acontecimento e transformou a tomada dos Complexos da Penha e do Alemão em um fenômeno discursivo fundamental para a leitura da construção do imaginário urbano do Rio de Janeiro. E ainda mais: a ideia de que o criminoso é matável não é apenas da polícia, mas do jornalismo e da sociedade.

Ante a fuga dos supostos traficantes, os jornalistas viam e faziam ver em cada fugitivo não um suspeito que deveria ser preso por uma polícia que tem a obrigação de juntar provas que possam consubstanciar um processo. Viam em cada indivíduo um "alvo" a ser abatido, como no jogo, espécie de *mise en abyme* das vontades mais ou menos explicitadas de eliminar o Outro. Em lugar da busca, captura, julgamento e prisão dos fugitivos, um jogo de tiro ao alvo mortal é o que as imagens do helicóptero mostram ao vivo e, por conta disso mesmo, acabam por interromper, pois era algo que fazia parte do desejo oculto de uma parcela significativa da população, mas as consequências concretas desse desejo brutal não podiam ser mostradas.

Mas o espetáculo ainda não tinha chegado ao seu fim. Com a programação normal da grade suspensa e um ritmo de informações inferior ao que se faria necessário para manter uma cobertura por tantas horas no ar a televisão intensificou a exploração do drama coletivo da cidade refém dos terroristas e dos dramas pessoais, como o do garoto de oito anos que se negou a queimar uma moto e tomou um tiro na perna no Jacarezinho. Ao longo das semanas o

⁵ Entrevista disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,traficantes-do-rio-inspiram-game-fuga-da-vila-cruzeiro,647637,0.htm>

melodrama da guerra ganhou outros capítulos e novos personagens surgiram reforçando a leitura maniqueísta da vida nos conjuntos de favelas ocupados.⁶

Apresentadores e comentaristas empregavam o tempo para narrar o que já estava sendo visto pelo espectador, mas o que se ouve não é apenas a redundância de uma imagem repetida a todo instante, da qual não há mais o que mostrar. Ou não apenas isso. O que se descortina são as estratégias usadas para dizer ao espectador como *ler* as imagens, como ver e fazer crer naquilo que se expõe na tela e que no limite, revela também aquilo que se quer ocultar: “uma série de mecanismos que fazem com que a televisão exerça uma forma particularmente perniciosa de violência” (BOURDIEU, 1997, p. 26)

Concorrem para tanto, a dramatização da notícia com os jornalistas emocionando-se ao vivo, aconselhando a população, exigindo atitude das autoridades, orientando a ação dos moradores das áreas em conflito, constituindo-se os jornalistas em interlocutores privilegiados de um novo papel da mídia que, de noticiadora dos fatos passa a fomentadora do acontecimento. Da história nascida das horas nervosas de cobertura ao vivo. Da redação saíam os fatos que mobilizariam a cidade, em particular as autoridades políticas e policiais. A cobertura jornalística, desse modo, configurava-se na tradução coletiva da invenção do acontecimento.

É esse contexto de aprovação social do papel da mídia que se acredita solucionadora dos problemas da cidade perdida, não compartilhada e perversa que autoriza a fala, no mesmo debate promovido pelo jornal Folha de São Paulo mencionado anteriormente, do Rodrigo Pimentel que, convencido do seu papel de enunciador consciente das mudanças sociais desejadas, novamente declara, em tom de vitória:

Terminou a operação e a gente disse lá na Rede Globo: ‘Vai ter UPP no Alemão’. E o Secretário nos desmentiu dizendo ‘Não vai ter UPP nenhuma no Alemão, não é meu planejamento nesse momento’. E nós insistimos: ‘Vai ter UPP no Alemão, porque a sociedade do Rio de Janeiro não admite mais uma operação policial desacompanha de uma UPP, porque é sinal que vai ter outra operação depois.’. E aí foi o Governador de noite e falou: ‘Vai ter UPP sim no Alemão porque ninguém suporta mais uma operação inútil.’⁷

⁶ O programa *Globo News Documento* se propõe a contar uma história que tem como objetivo assumido “emocionar” os espectadores, apresentando Éderson Manso de Souza, o Baby, jovem que teria deixado de ser soldado do tráfico para ser soldado da esperança.

⁷ PIMENTEL, Rodrigo. Debate “Especialistas analisam o combate ao tráfico no Rio” gravado pela autora e também disponível em:

<http://mais.uol.com.br/mediasByTags.html?types=A&tagIds=55650&index.currentPage=1&index.orderBy=mostRecent>

Tendências e impasses da violência

A fala do ex-capitão do BOPE fica, pois, como síntese exemplar das inquietudes em torno das representações produzidas do outro a partir de dois momentos entendidos aqui como definidores de um modo de ler a cidade. Exemplar, portanto, dessa ótica que olha, recorta, aproxima, agrupa, classifica, analisa e hierarquiza as cenas do cotidiano e as enquadra a partir da perspectiva que interessa dar a ver. Exemplar ainda do modo como tal ótica dita a organização do espaço e interfere na experiência da violência na cidade na medida em que confere identidade aos homens, à cidade, à escrita.

Dois eventos, portanto, o livro e a ocupação do Complexo do Alemão, que revelam na tessitura dos seus relatos, uma mesma construção do inimigo social que ameaça a segurança dos nossos lares e o nosso direito à cidade. Em ambos os casos se revela, nas práticas discursivas em circulação na literatura e na cultura midiática, o desajuste do imaginário da guerra civil, a partir do qual o direito de matar se configura num segmento muito específico da população na esteira de uma tradição do olhar que tem sua origem no início do século passado.

A julgar pelo que diz o narrador do romance *O cortiço*, publicado por Aluísio Azevedo quando as forças policiais se tornavam uma ameaça à ordem que deveriam ajudar a manter, ao mesmo tempo praticando abusos e ocupando um lugar de destaque num sistema geral de violência contra as classes inferiores não-escravas, as coisas não parecem muito distintas:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho. (AZEVEDO, 2000, p. 113)

A história recente da cidade revela que o Rio de Janeiro viveu uma séria crise que deu lugar ao mais grave caso de estado de exceção do país com larga cobertura da mídia e quase nenhuma problematização. O diagnóstico de Azevedo data de 1890. Mais de cem anos depois, o quadro permanece atual.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUALUSA, Jose Eduardo. **O ano em que Zumbi tomou o Rio**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 36ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAVA, Silvio Caccia. Sob o domínio do medo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 6, n. 67, fevereiro 2013, p. 3. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=67>

BENJAMIN, Walter. Crítica da violência. Crítica do poder. In: _____. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Org. e trad. Willi Bolle. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1986, pp. 160-175.

_____. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. revisada. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade, prisão**. Org. e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

GUIMARÃES, César, FRANÇA, Vera, orgs. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura na mídia**. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Volume 2: Necrose. Com a colaboração de Irene Nahoum. Trad. Agenor Soares Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo, orgs. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PENNA, João Camillo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Tomás Rosa Bueno. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMITT, Carl. **Teologia política (Politische Theologie)**. Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo, BATISTA, André & PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da Tropa**. Objetiva: Rio de Janeiro, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

* * *

Como citar:

CRUZ, Teresa Andrea Florêncio da. **Vozes da guerra urbana no Rio de Janeiro** (anotações sobre a tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 03, nº. 03, pp. 26-43, out-mar. 2014/2015. Disponível em: <www.transversos.com.br>. ISSN 2179-7528.